SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DO MERCADO DE ALGODÃO, SAFRA 1999/2000

Marisa Zeferino Barbosa¹ Sebastião Nogueira Junior²

O mercado mundial de algodão recuperou-se na temporada 1999/2000 (agosto de 1999 a julho de 2000), com produção de 19,0 milhões de toneladas, 3,3% superior à passada, tendo o consumo alcançado 19,8 milhões de toneladas, com acréscimo de 7,0%, superando, inclusive, a produção. Além de outros países que apresentaram aumentos de consumo em menores proporções, contribuiu significativamente para esse quadro a China, onde o consumo dessa fibra cresceu 14,6%. O comércio também foi incrementado em 15,7% nas exportações e em 7,3% nas importações, destacando-se os países do sudeste asiático e a União Européia, principais importadores, com crescimento de 4,0% para cada bloco como retomada do nível de aquisições de anos anteriores a 1997/98. Após quatro safras consecutivas de expansão, os estoques finais de algodão apresentaram recuo da ordem de 8,1%, devendo totalizar 9,1 milhões de toneladas, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) (Tabela 1).

TABELA 1 - Suprimento Mundial de Algodão em Pluma, 1997/98 a 1999/2000

(em milhão de toneladas)

Item	1997/98	1998/99	1999/2000
Estoque inicial	8,7	9,6	9,9
Produção	20,0	18,4	19,0
Importações	5,7	5,5	5,9
Consumo	19,0	18,5	19,8
Exportações	5,8	5,1	5,9
Estoque final	9,6	9,9	9,1

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

Nessas condições, as cotações internacionais, no disponível, que se apresentaram decrescentes ao longo do segundo semestre de 1999, reagiram a partir de janeiro/2000, alcançando US\$0,605/libra-peso em maio, 18,7% superior ao registrado no início da temporada (Figu-

ra 1). Durante o mês de junho/2000, contudo, os preços apresentam ligeira redução em comparação à média mensal anterior, ficando em US\$0,595/libra-peso, em reação à melhoria das condições climáticas no cinturão algodoeiro nos Estados Unidos e também pela confirmação de que a área plantada naquele país, de 6,29 milhões de hectares, é a segunda maior dos últimos dez anos, superada apenas pela de 1995/96³. Enquanto isso, o produto no mercado futuro de Nova York atinge US\$0,592/libra-peso para entrega em outubro e US\$0,606/libra-peso para dezembro.

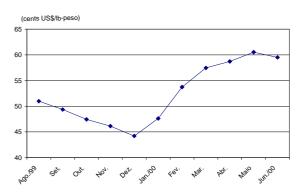


Figura 1 - Cotações Internacionais de Algodão, Agosto de 1999 a Junho de 2000¹.

¹Índice de Cotlook "A" de Liverpool Cotton Service. Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

Merece destaque a drástica redução na oferta de algodão na Argentina, principal fornecedor do Brasil, após destacar-se no panorama mundial como um dos maiores exportadores dessa fibra. Fatores como adversidades climáticas, pragas e queda nos preços internacionais levaram aquele país a reduzir a área cultivada de 650,0 mil em 1998/99 para 300,0 mil hectares em 1999/00 (-53,8%), refletindo-se na produção que atingiu 130,6 mil toneladas, ou seja, 33,4% inferior.

Segundo o Comitê Consultivo Internacional do Algodão (ICAC), a produção mundial de

¹Economista, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²Engenheiro Agrônomo, Mestre, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

³SECRETARIA DE AGRICULTURA, GANADERIA, PES-CA Y ALIMENTACION. Sector Algodonero. **Boletin Informativo Quincenal**, Buenos Aires, v.11, n.12, jun. 2000.

algodão em 2000/01 poderá ser de 19,1 milhões de toneladas, ligeiramente inferior a da temporada que ora termina, enquanto o consumo pode ser expandido pelo segundo ano consecutivo e alcançar 19,9 milhões de toneladas, com acréscimo de 1,5%. O comércio poderá ser fortalecido pelo aumento de 6,9% nas exportações, as quais devem atingir 6,2 milhões de toneladas. Por sua vez, os estoques devem decrescer ainda mais, chegando ao final da temporada a 8,4 milhões de toneladas (-8,6%). Acrescente-se, ainda, que o consumo mundial da fibra superou a produção nas três últimas safras. Contudo, observando-se a evolução do diferencial entre a produção e o consumo verifica-se ampliação dessa defasagem, de 330,0 mil toneladas em 1998/99 para 860,0 mil toneladas em 2000/01.

O aumento na procura sem variações correspondentes na oferta poderá configurar recuperação das condições do mercado internacional em 2000/01. Assim, o ICAC prevê que o Índice A de Cotlook possa alcançar US\$62,00 cents/libra-peso na próxima temporada, contra US\$53,00 cents/libra-peso em 1999/00 e US\$59,00 cents/libra-peso em 1998/99.

A produção brasileira de algodão em pluma, por sua vez, deverá alcançar 700,3 mil toneladas em 1999/00, com acréscimo de 34,6% em comparação à safra passada, segundo o 5° levantamento de safra 1999/00 da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), realizado em julho de 2000. Contribuíram para esse expressivo resultado a expansão de 18,7% na área plantada, que atingiu 823,8 mil hectares, e o crescimento de 10,1% na produtividade. A exceção da Região Norte e Goiás, nos demais estados e regiões houve aumento na produção. Também na Região Nordeste a área cultivada foi ampliada em 63,1% e a produção em 158,7%, totalizando 92,6 mil toneladas, com destaque para Bahia e Ceará, que responderam, juntos, por 78,0% do total regional. No Mato Grosso, a área e a produção apresentaram crescimento de 32,0% e 48,3%, respectivamente.

Mato Grosso tem apresentado aumentos significativos de produtividade nas últimas safras, passando de 1.800kg/ha de algodão em caroço em 1996/97 para 3.250kg/ha em 1999/00 (em 1987/88 era de apenas 1.200kg/ha). Isso evidencia ganhos decorrentes de investimentos em pesquisa dentro de um programa conjunto envolvendo o setor produtivo (representado pela Fundação Mato Grosso) e órgãos públicos (leia-se

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA). Este tipo de parceria mostra-se cada vez mais eficiente e deveria ser adotada por outros estados, caso do Paraná e São Paulo, e mesmo para outros produtos, de modo a aumentar não só a produtividade física das explorações, mas sobretudo a competitividade, hoje palavrachave no mundo globalizado, mas que causa sérios prejuízos aos países que apresentam uma agricultura heterogênea como no Brasil. O Estado de Mato Grosso responde hoje por quase metade (48,0%) da produção de algodão do Brasil, desbancando os tradicionais produtores e se caracterizando por extensos cultivos e elevado índice de mecanização.

Na temporada 1999/00, o balanço de oferta e demanda de algodão no Brasil continua a apresentar menor grau de dependência das importações, com o aumento da produção, revertendo o cenário prevalescente na década de 90. O País deverá importar 250,0 mil toneladas, 10,8% a menos que na temporada anterior, a fim de complementar a oferta necessária ao consumo de 890,0 mil toneladas, 9,2% maior, restando estoque final de 76,5 mil toneladas.

Os preços de algodão em pluma no mercado interno oscilaram de maneira expressiva nos últimos doze meses, com alta no período de entressafra e baixa por ocasião da colheita nos principais estados produtores (de março a maio nas Regiões Sul e Sudeste e de junho a agosto no Centro-Oeste). Quando da entressafra, a queda nas cotações em outubro de 1999 ocorreu, principalmente, em virtude da necessidade dos produtores de "fazer caixa" para aquisição de insumos4. Entretanto, destaca-se a vertiginosa queda iniciada a partir do início do ano, quando a arroba do algodão tipo 6 era cotada a R\$33,29 em janeiro passando a R\$30,34 em maio, representando, assim, um decréscimo, em termos correntes, de 8,9%, enquanto que o Indice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, variou apenas 2,3% no mesmo período. O fato de o mercado encontrarse "ofertado", com aquisições das indústrias em ritmo lento apenas para reposição de estoques, aliado à entrada da safra do Centro-Oeste não devem proporcionar reação mais significativa dos

⁴FERREIRA FILHO, Joaquim B. S.; GALVAN, Valter B.; AFONSO, Maria C. Mercado ofertado derruba as cotações. **Preços Agrícolas**, Piracicaba, v.14, n.156, p.23, out. 1999.

preços a curto prazo. Prova disso é o nível praticado no decorrer de junho de R\$29,25/arroba, o que corresponde a US\$48,86 cents/libra-peso (Figura 2). Quanto aos preços recebidos pelos produtores no Estado de São Paulo, levantados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), depois de alcançarem R\$9,94/arroba em abril, o mais elevado da safra, caíram para R\$9,50/arroba em junho. Em termos reais, na época mais intensa de comercialização, estiveram abaixo do praticado no mesmo período do ano passado, superando apenas os de 1997/98 quando foram registradas as menores cotações dos últimos anos (Figura 3).

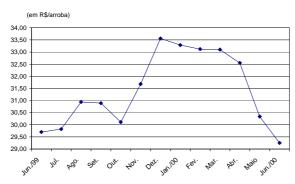


Figura 2 - Cotações de Algodão em Pluma da Zona Meridional, Brasil, Junho de 1999 a Junho de 2000¹.

¹Refere-se ao algodão tipo 6, sem o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Fonte: Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ).

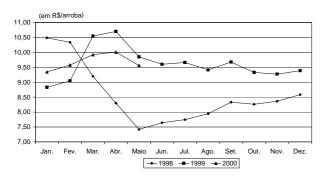


Figura 3 - Preços Médios Mensais de Algodão Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1998-2000¹.

¹Deflacionado pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, base maio/2000 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Diante da pressão baixista no mercado interno e a perspectiva de melhoria das condições no âmbito internacional, há possibilidade de retomada das exportações, levando-se em conta

que o atual nível de preços internos encontra-se bem abaixo do vigente no mercado internacional. Segundo Safras & Mercados, está havendo uma superoferta de produto de qualidade superior (tipos 6 para melhor), que poderá até ser exportado enquanto que o suprimento de tipos mais utilizados pela indústria nacional seria complementado pelas importações⁵. Recentemente foram contratadas por uma *trading* suíça 800 toneladas de tipos 5 e 5/6, provenientes do Mato Grosso.

No que se refere ao segmento industrial, as medidas de ajuste fiscal adotadas na Argentina, destino de 30% das exportações brasileiras de têxteis em 1999, devem provocar queda no consumo, fazendo com que aquele país passe a representar só 20% do total exportado neste ano. Desse modo, o Brasil tentará fortalecer o comércio com outros parceiros comerciais, sobretudo os Estados Unidos e a Europa, conforme a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT).

Em 1999, as exportações brasileiras de produtos têxteis totalizaram US\$1,0 bilhão, com redução de 9,3% em relação às de 1998, enquanto que as importações somaram US\$1,4 bilhão (-23,9%), registrando, portanto, déficit superior a US\$400,0 milhões. Apesar disso, a balança comercial desses produtos demonstrou significativa melhoria em relação a anos anteriores, como 1996 e 1997, quando o saldo negativo ultrapassou US\$1,0 bilhão. Observa-se, assim, que a tendência do déficit foi atenuada pelas menores importações, para as quais contribuíram a variação da taxa cambial e também o aumento da produção brasileira de algodão, uma vez que essa matéria-prima tem sido o item mais oneroso da pauta desses produtos. Segundo a ABIT, no primeiro quadrimestre deste ano foram exportados US\$394 milhões, cifra 27,5% superior ao do mesmo período do ano passado.

Contando com a participação dos diversos segmentos e do Governo Federal, foi lançado em maio passado o Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva da Indústria Têxtil e de Confecção, que tem como uma das metas a serem cumpridas até 2005 o aumento das exportações de manufaturados para US\$4,3 bilhões (no ano passado as exportações alcançaram US\$1,0 bilhão), com investimentos estimados para a mo-

⁵SAFRAS & MERCADOS: algodão n.2307. [Online]. Disponível: http://www.safras.com.br/teleassinantes.asp?cd.canal=14 [Capturado em 9 de junho de 2000].

dernização do setor de US\$12,3 bilhões, em oito anos. Para tanto, a indústria reivindica redução do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre máquinas e equipamentos e, em contrapartida, compromete-se a reduzir o déficit da balança comercial desses produtos e gerar 500 mil postos de trabalho. As propostas constantes do plano serão submetidas à Câmara de Desenvolvimento, composta pelos ministros da área econômica e da Ciência e Tecnologia e presidida pelo Presidente da República.

Esta meta, embora desejável, parece um tanto ousada, pois recente estudo realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aponta que a indústria têxtil recebeu financiamento público de US\$2 bilhões nos últimos 10 anos, representando apenas 2,5% do aporte total de recursos da instituição financeira. Além disso, no período de 1996 a 1999 as empresas do setor tiveram que captar no mercado acionário, despender recursos próprios e ainda recorrer a financiamentos externos para arrecadar US\$700 milhões6.

Um importante ato do Governo Federal, que poderá deter a exagerada concessão de benefícios pelos estados como forma de atratividade de instalação de plantas industriais e consegüente incentivo à produção de matérias-primas, poderá resultar em comprometimento das receitas estaduais. Trata-se da Lei de Responsabilidade Fiscal, sancionada pela Presidência da República em maio (Lei complementar 101/2000) que determina que a concessão ou a ampliação de incentivos fiscais decorrentes de renúncia de receita devem constar em estimativa de impacto orçamentário-financeiro, sob pena da obrigatoriedade de compensar o incentivo concedido por meio da elevação de alíquota de outro produto ou por um novo imposto. Em outras palavras, os Governos devem prever os gastos com benefícios concedidos a empresas. A lei é aplicável aos três âmbitos governamentais (Federal, Estadual e Municipal), mas atinge sobretudo os estados que, no caso do setor têxtil, são os que mais adotam esse sistema.

O País encontra-se em franca recuperação dos níveis de produção de algodão pautada, na maior parte, na modernização e na busca de auto-suficiência em quantidade e qualidade, com expectativa de recuperação do mercado na

entressafra que ora se inicia. No que tange às propostas constantes do Programa de Competitividade e às implicações da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre o setor, seus reflexos só poderão ocorrer a prazos mais longos, pois dependem de um esforço conjunto da cadeia produtiva e do poder público.

⁶INDÚSTRIA têxtil recebe US\$2bi do BNDES. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 30 jun.-02 jul. 2000. Caderno A, p.4.